

Mulheres guerreiras: entre a história e a mitologia

Elaine Borges Tardin¹

Luís Otávio de Azevedo Barreto²

Resumo: O presente trabalho tem por propósito dar voz às mulheres que participaram direta ou indiretamente da guerra, uma vez que a historiografia tradicional praticamente não lhes reservou lugar. Assim, expõe os exemplos históricos e mitológicos principais a respeito da mulher na guerra e nas Forças Armadas, e como tais símbolos são marcados pela excepcionalidade da mulher em zonas de conflito.

Palavras-chave: simbologia, heroínas, guerra.

Introdução

Os mitos, a construção de heróis e os símbolos acompanham a humanidade há milênios. De acordo com Jung, o mito do herói, por exemplo, apesar de casos diferentes, se assemelha em sua estrutura, “guardando uma forma universal mesmo quando desenvolvidos por grupos ou indivíduos sem qualquer contato cultural entre si” (1964, p. 100). O arquétipo do herói majoritariamente foi ligado à figura masculina, o que não quer dizer que não existam exemplos de heroínas, seja no campo mitológico ou por meio de exemplos históricos reais. No meio militar, o que se pôde perceber foi o fato de que os códigos e valores militares foram construídos a partir de uma lógica masculina, tida como referencial. Há uma divisão de papéis bem clara na carreira militar: aos homens, o dever de proteger; às mulheres, o dever de auxiliá-los. A pretensa superioridade masculina foi forjada historicamente através de um sistema discursivo que organizava hierarquicamente diferentes sociedades, e não foi diferente na instituição militar.

O presente artigo tem por objetivo principal demonstrar que, apesar da historiografia tradicional não enfatizar a presença feminina enquanto guerreira no decorrer da história, seja no campo mitológico ou real, há casos que provam o contrário. São exatamente tais exemplos que aqui serão explorados e analisados, a

¹ Doutora e Mestra em Sociologia Política pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, (UENF). Pós-Graduada *latu sensu* em História do Brasil, graduada em História. Contato: bborges.elaine@gmail.com

² Bacharel em Música pela UFRJ, graduando em Letras/Literatura pelo UNIFSJ. Contato: otaviobarreto88@gmail.com

fim de que possamos observar como as mulheres estão presentes na história, apesar do silêncio presente ao se tratar do tema.

Inserido no campo das ciências sociais e mais especificamente nos estudos de gênero, o presente trabalho considera tal conceito como uma apropriação social sobre um corpo sexuado (Scott, 1995) e, portanto, uma construção social e cultural. Assim, pode-se entender como as representações de gênero determinam os lugares sociais de homens e mulheres, atribuindo-lhes características e comportamentos que são vistos como “naturais” e, como tal, biologicamente determinados. As mulheres guerreiras não teriam seu protagonismo na história por não se considerar que o papel da mulher seria no campo da guerra, mas sim da paz.

Superando a ideia de uma história exclusiva e meramente descritiva das mulheres, os estudos de gênero permitem que o aspecto relacional entre homens e mulheres seja posto em voga, além de superar a ideia de uma identidade fixa para os sexos. Trata-se de romper com o esquema binário e abrir espaço para a entrada de multiplicidades e de novas subjetividades, compreendendo que a construção do feminino e do masculino é resultado do que cada cultura estabeleceu historicamente, dentro de uma configuração social. Portanto, dar voz às mulheres guerreiras não é somente enfatizar uma história exclusiva às mulheres, mas abrange um campo de estudos que visa contribuir para uma história relacional e dinâmica.

As guerreiras mitológicas

Os dois exemplos mitológicos femininos selecionados vêm da Grécia Antiga, representados por Palas Atena e pelas Amazonas. Segundo a mitologia, Atena, uma das deusas do Olimpo, nasceu da cabeça de Zeus já adulta e armada. É padroeira da cidade de Atenas, uma das mais importantes cidades-Estado da antiguidade clássica. Na civilização romana, Atena é Minerva, conhecida pela inteligência e engenhosidade na “arte da guerra”, bem diferente do deus Ares/Marte, símbolo da violência da guerra. De acordo com Suano (2008, p. 40), à Atena atribuía-se a parte “boa” da guerra: a vitória. O lado violento e feroz era atribuído a Ares, representando assim a própria dualidade da guerra: diplomacia e violência.

A deusa da sabedoria e da guerra, que unia força, autoridade e soberania, possui um caráter indispensável para a mitologia greco-romana, com destaque para sua participação na guerra de Tróia³, em que teria ficado ao lado dos gregos. Ao unir a habilidade da guerra e a sabedoria, Atena era temida e implacável, se necessário, conforme ficou comprovado por sua atuação após o término da guerra de Tróia: ela teria castigado os próprios gregos por não terem respeitado o asilo e proteção que a princesa Cassandra buscou em seu templo. Por este senso de justiça, Atena não deixou de ser cultuada nem mesmo entre seus inimigos, os troianos.

A representação que se faz de Atena é, assim, de alguém que apesar de pertencer ao campo da guerra, utiliza-se de outras ferramentas para a vitória, e não simplesmente de uma sangrenta atuação. Ela simboliza coragem, justiça e diplomacia, valores necessários para a manutenção da paz, apesar de estar um estado de guerra constante.

O segundo exemplo são as Amazonas gregas. Segundo Carreiras, (1997, p. 12), elas constituem provavelmente o mais conhecido arquétipo das mulheres guerreiras. Vários são os relatos gregos e até mesmo de romanos a respeito deste mito, e inclusive “o pai da História”, Heródoto, no século V a.C., narrou o mito dessa tribo guerreira da região do Cáucaso, afirmando que elas eram ferozes e convidavam seus vizinhos, os gargarenos, uma vez por ano para terem relações sexuais com o objetivo de engravidarem. Caso nascessem meninas, elas seriam criadas pelas Amazonas.

A explicação mitológica afirma que as Amazonas chegavam a decepar um seio para tornar mais fácil o uso do arco. O seu próprio nome significa “sem seio”. Elas representavam o oposto do arquétipo feminino na Grécia, pois não se casavam e controlavam a sua reprodução. O casamento naquela sociedade seria o mesmo que passar a existir socialmente, assim, as Amazonas acabavam se tornando párias da sociedade, vivendo nos limites das fronteiras. Para Carreiras, as Amazonas foram “utilizadas por alguns como caricatura de mulheres ‘não naturais’ e ‘masculinizadas’”

3 A guerra de Tróia, um misto entre mitologia e realidade, foi uma guerra que teria durado 10 anos, entre 1300 a.C e 1200 a.C. Tendo como motivo inicial o rapto da “mulher mais bela do mundo”, a rainha de Esparta, Helena, a guerra dividiu os reis do Olimpo: do lado de Tróia, estariam Afrodite, Apolo, Ártemis, Leto e Ares; do lado grego, Atena, Poseidon e Hera. A vitória grega mais uma vez expressa a soberania de Atena sobre os gregos.

(ibid, p. 13), corroborando a ideia de que a mulher só pode entrar para a guerra se for menos feminina.

Há também as Amazonas brasileiras, apesar da ausência de fontes, uma vez que as populações nativas que viviam na foz do rio Amazonas foram dizimadas de tal forma que é praticamente impossível reconstituir os dados sobre aquela população. O relato que se tem é que no início do século XVI, na expedição espanhola comandada por Francisco de Orellana, o primeiro europeu a descer todo o curso do Rio Amazonas, houve contato com mulheres guerreiras que dominavam outros grupos indígenas. Foi o padre dominicano Gabriel de Carvajal que nos relata sua impressão sobre tais mulheres, afirmando que elas eram guerreiras fortes e ferozes, e que, inclusive, teria perdido um olho com uma flecha supostamente lançada por uma amazona. O padre as descreveu assim:

Estas mulheres são muito brancas e altas, e têm cabelo muito longo e trançado e enrolado na cabeça, e têm membros grandes e andam nuas em couros, com as vergonhas tapadas, com seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios (Wolff, 2012, p. 424).

O imperador Carlos V batizou o rio, outrora chamado de “Mar Doce”, de Amazonas, em homenagem às guerreiras que teriam derrotado os espanhóis, conforme relato do próprio Orellana. O termo indígena para as mulheres que guerreavam é Icamiabas, que significa "mulheres sem maridos". Segundo a lenda, tais mulheres viviam isoladas e anualmente permitiam o contato com os homens, com o objetivo de procriarem. Elas criariam somente as meninas, para que se mantivesse uma sociedade estritamente matriarcal. Tais relatos possuem uma interessante paridade com as Amazonas gregas.

As histórias a respeito das Amazonas brasileiras não se perderam no tempo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde sua fundação, em 1838, preocupou-se em desvelar a lenda, mas concluiu que Orellana havia tido uma interpretação equivocada sobre as mulheres guerreiras. A questão a ser pensada não é se de fato as Amazonas brasileiras existiram ou foram fruto da imaginação de exploradores e curiosos, mas é preciso refletir sobre o simbolismo que trazem consigo: mulheres guerreiras, ferozes e selvagens, portanto masculinizadas.

Mulheres reais na guerra, do passado ao presente

Apesar do protagonismo da guerra pertencer ao homem, não são incomuns os casos de mulheres que voluntariamente participam seja de revoluções ou de guerras, de forma isolada ou em grupos organizados. Passando pela Antiguidade, por povos celtas e germânicos, na Gália, França, e em vários outros contextos e nações, até a atualidade, as mulheres lutaram e lutam, rompendo com a representação que se criou da mulher exclusivamente vítima, frágil, pacífica e passiva em tempos bélicos. É preciso, portanto, refletir sobre a ausência feminina na História das guerras e o porquê dessa invisibilidade.

Mulheres na guerra: de acompanhantes dos Exércitos a protagonistas

As mulheres, direta ou indiretamente, desde a Antiguidade participaram da guerra. Na civilização grega, por exemplo, destacam-se guerreiras como Artemisa, que combateu ao lado do persa Xerxes; Semírases, Rainha da Assíria e Babilônia; Tomires, que derrotou Ciro; entre outros casos. Porém, elas são exceções, uma vez que, via de regra, as milícias gregas não aceitavam que mulheres os acompanhassem. Vale ressaltar que a sociedade grega, governada por homens, excluía mulheres do espaço público e as impediam de exercer sua cidadania. A respeito da mulher, o filósofo e matemático grego Pitágoras afirmou: “Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher”. Assim, as mulheres eram excluídas por serem consideradas inferiores, ou como declarou Aristóteles, uma mulher era um “homem incompleto”.

Os povos que se destacaram em relação à presença feminina em zonas de guerra foram os celtas e germânicos. Ao narrar os hábitos germânicos, o romano Tácito destacou a presença feminina nos campos de batalha, afirmando que os homens acreditavam que as mulheres possuíam algo de divino e profético, portanto, não deveriam ser rechaçadas. Mesmo nessa observação de Tácito percebemos uma “mística feminina”, ou seja, elas não deveriam estar no campo de batalha

porque tinham a capacidade ou porque gostariam de estar, mas porque sua presença representaria um auxílio quase sobrenatural.

As mulheres que acompanhavam os exércitos geralmente eram esposas, mães, prostitutas, enfermeiras ou mercadoras, “antes que fossem reconhecidos os papéis oficiais de cantineiras, vivandarias e lavadeiras” (Caire, 2002, p. 18). Entre os francos, eram chamadas de “mulheres autorizadas” e quem ousasse tocar em uma mulher seria punido, conforme expresso na Lei Sálica⁴.

A presença de mulheres que acompanhavam os exércitos não se restringe à Antiguidade. Porém, à medida que os exércitos se tornaram mais burocráticos e profissionais, se tornaram mais exclusivamente masculinos, e isto ocorreu com mais evidência após a era napoleônica (1799-1815). Mesmo com tal profissionalização, era comum observar esposas, mães, prostitutas ou enfermeiras em meio aos campos de batalha⁵. Eram mulheres que sofriam com as mazelas da guerra diretamente, mas sua importância não era reconhecida, sendo muitas vezes caracterizadas como prostitutas nos campos de conflito.

Ao contrário do que comumente se pode pensar, no regime feudal as mulheres também participavam das guerras. A imagem da princesa entediada no alto de seu castelo, esperando passivamente pelo seu príncipe, cai por terra ao observarmos as crônicas que dão voz às mulheres que combatiam. Seja Joana De Flandres, que se entrincheirou atrás dos muros de Hennebont, ou Agnes, a Condessa de Dunbar, heroína escocesa que resistiu a um ataque de pedras lançadas por catapultas enviadas pelo comandante inglês Conde de Salisbury, ou mesmo a própria Joana D’Arc, a heroína militar francesa, as mulheres na Idade Média administravam seus domínios e protegiam suas propriedades de ataques externos, ou participavam de guerras em defesa de seus senhores. Para tais funções, elas deveriam ser bem instruídas, sabendo ler, escrever e calcular para gerir com eficiência todos os negócios. A dama inglesa Alice Knyvet, ao recusar-se a entregar o castelo de seu esposo ao rei Eduardo IV, afirmou: “Só sairei deste castelo

4 Código do século V, do reinado de Clóvis, que regulamentava o povo franco.

5 Como exemplo das acompanhantes das tropas estão as mulheres na Guerra do Paraguai (1865-1870), tanto do lado do Brasil, que não lutavam, quanto do Paraguai, que muitas vezes, por uma necessidade bélica, eram transformadas em soldados.

morta, e, se vós vierdes em guerra me expulsar, eu me defenderei, prefiro estar morta quando meu esposo voltar, pois ele me encarregou de guardá-lo”⁶.



Figura 1: As guerreiras, iluminura do século XV.

Joana D’Arc, também conhecida como “Donzela de Orléans” é um símbolo feminino da guerra⁷ e santa padroeira da França. Nascida no país em 1412, em plena vigência da Guerra dos Cem anos⁸, a camponesa liderou tropas francesas contra a invasão inglesa com destreza, conforme expressa um de seus companheiros próximos, o duque de Alençon: “Todos se encantavam com o fato de ela agir com tanta sabedoria e perspicácia, como se fosse um capitão com 20 ou 30 anos de experiência, em particular na disposição da artilharia⁹”. Joana tinha dois objetivos: libertar Orléans dos ingleses e consagrar Carlos VII, e conseguiu ambos. Porém, seu fim seria trágico, apesar das vitórias para a França e aptidão bélica: após quatro meses presa, foi vendida aos ingleses, e após ser considerada culpada por heresia, foi queimada na praça do mercado de Ruão. Foi beatificada em 1909 e canonizada em 1920 pelo papa Bento XV.

6 FARGETTE, Séverine. **Gestoras de pulso firme**. História Viva, Ano XI, nº 129, p. 21.

7 Conforme Scott (1995), os símbolos culturalmente disponíveis são um dos elementos constitutivos do conceito de gênero, conforme explorado no primeiro capítulo.

8 Conflito entre França e Inglaterra que durou de 1337 a 1453, envolvendo questões políticas, territoriais e comerciais.

9 CASSAGNES-BROUQUET, Sophie. **Cavaleiras em combate**. História Viva, Ano XI, nº 129, p. 24.

Exemplos como o de Joana D'Arc e demais mulheres que se envolveram com guerras na Antiguidade e na Idade Média demonstram a presença feminina em diferentes ocasiões, inclusive enquanto protagonistas, com papéis bem diferentes da imagem comumente difundida pela historiografia. Passemos agora para o “breve século XX”, assim chamado pelo historiador Eric Hobsbawm (2003), século esse marcado por guerras que influenciaram direta ou indiretamente todo o mundo.

Milicianas na Guerra Civil Espanhola: as heroínas esquecidas

Desde o início da Guerra Civil Espanhola, em julho de 1936¹⁰, as mulheres assumiram um papel protagonista na frente de batalha contra as forças nacionalistas do General Franco. Aproximadamente mil mulheres voluntárias, dentre elas espanholas e estrangeiras, atuaram em duas frentes: no combate direto (ou treinamento de combate) e na retaguarda, no qual se encarregaram da defesa armada de suas cidades. Eram as milicianas.

Para Lisa Lines (2012, p. 5), a singularidade das milicianas está no fato de que antes de 1936 não houve uma mobilização significativa das mulheres para lutar em uma guerra moderna em termos iguais aos homens na Espanha. As que combateram diretamente possuíam mais destaque na imprensa na época da guerra, ao menos até julho de 1937¹¹, “por terem demonstrado uma mudança mais radical ao papel tradicional de gênero” (ibid, p. 56).

Porém, quais eram as motivações dessas mulheres espanholas ao se voluntariarem? Lisa Lines (ibid, p. 59) as divide em dois grupos: primeiro, há aquelas que já eram membros ativos de partidos políticos antes da guerra e possuíam destaque em outros movimentos sociais, portanto, permaneceram firmes em suas convicções políticas. Um segundo grupo de mulheres consiste naquelas que no início da guerra espontaneamente se moveram para defender a Espanha do avanço

10 A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) foi um conflito bélico travado entre os Nacionalistas, comandados pelo general Francisco Franco e de tendência fascista, representados pelos setores conservadores e tradicionais da sociedade, como o Exército, a Igreja Católica e grandes latifundiários. De outro lado, estava a Frente Popular, que era a base do governo republicano da Espanha, representados pelos sindicatos, partidos de esquerda e defensores da democracia.

11 A autora Lisa Lines (2012) afirma que após março de 1937 as milicianas foram gradativamente perdendo seu destaque na mídia, aparecendo em artigos que exigiam seu retorno ao lar, seu “lugar natural”. Isso será discutido mais adiante.

fascista durante a Segunda República. Há ainda, em menor grau, aquelas que tinham por objetivo acompanhar filhos, maridos e pais, ou mesmo vingar suas mortes (ibid, p. 63).

Com essa presença voluntária e expressiva, as milicianas, principalmente entre julho e dezembro de 1936, tornaram-se o ícone republicano da luta contra o fascismo. Fotografias e pôsteres de mulheres armadas nas linhas de frente apareciam tanto na imprensa na zona republicana (entre comunistas e anarquistas) quanto na independente. Certamente, tais imagens eram opostas aos papéis tradicionais de gênero para as mulheres na Espanha.

Uma das milicianas mais celebradas pela imprensa republicana e independente foi Rosário Sánchez de la Mora. Com apenas 17 anos no momento da eclosão da guerra, foi membro do primeiro grupo de choque na 46ª Divisão. Lutou na linha de frente, conforme afirmou: “nós tínhamos que atirar continuamente para que os fascistas notassem que estávamos apresentando uma forte resistência. (...) nós atirávamos dia e noite, e graças a isso eu aprendi rapidamente como lutar” (ibid, p. 1). Após vários meses, foi transferida para o setor de confecção de bombas, na sessão dinamite, e aprendeu a usá-las em vários métodos de ataques, tornando-se perita. Em setembro de 1936, sofreu um acidente no qual perdeu sua mão tentando proteger os membros de sua tropa, transformando-se em uma verdadeira lenda de guerra, celebrada inclusive em poemas e discursos.



Figura 2 - Conhecida como “Rosário, la dinametera”, a miliciana comunista Rosário Sánchez de la Mora tornou-se uma lenda de guerra por suas contribuições contra a frente Nacionalista.

A vasta maioria das milicianas participou em termos igualitários com seus parceiros masculinos¹², mesmo que muitas vezes tivessem o “fardo duplo”, ou seja, se esperava que realizassem funções tradicionalmente conhecidas como “trabalho de mulheres”, como cozinhar, limpar, passar e lavar. Mesmo na luta antifascista, na luta pela igualdade e democracia, os papéis tradicionais de gênero permaneciam.

A maioria das voluntárias lutou como membros da milícia, porém, algumas chegaram a entrar no exército republicano. Esperanza Rodríguez foi uma delas. Seu superior a descreveu como a mulher mais valente da unidade, “a melhor em combate, sempre a mais vigorosa, a primeira a atirar, a menos cansada. Em uma batalha ela passou onze horas de pé, atirando” (Artigo retirado no jornal *Estampa* em 10 de outubro de 1936, página 15).

As imagens estampadas nos jornais e revistas da imprensa esquerdista e independente era de mulheres demonstrando “força, bravura e cheias de propósitos de um modo que nunca tinha sido mostrado na Espanha” (Lines, 2012, p. 151). Porém, apesar de tamanho destaque na mídia, no fim de 1936, atitudes em relação às mulheres em combate começaram a mudar drasticamente. Certa tensão entre a feminilidade das milicianas e a suposta masculinidade de combate existiu em muitas representações das milicianas, como se questionassem se realmente a guerra era o lugar para uma mulher. O *slogan* do governo republicano tornou-se: “homens para o *front*, mulheres para o setor civil (home front)”. Progressivamente, a partir de março de 1937, as milicianas foram removidas dos *fronts* ou forçadas a executar papéis puramente auxiliares. Apesar da resistência de algumas milicianas a esta decisão, nenhum protesto organizado foi feito por elas ou por qualquer organização de mulheres antifascistas.

A mensagem da imprensa a partir de dezembro de 1937 (a mesma imprensa que outrora celebrava essas mulheres) era clara: as mulheres não eram iguais aos homens, uma vez que tinham papéis diferentes na resistência antifascista. As milicianas foram assim, desacreditadas e ridicularizadas abertamente (ibid, p. 104).

Argumentos foram utilizados para tão radical mudança da posição da imprensa, transformando as milicianas de heroínas a prostitutas que transmitiam

12 Lisa Lines (2012 p. 74), por meio de entrevistas realizadas com as milicianas, afirmou que as mesmas sentiam que estavam fazendo a mesma contribuição militar aos esforços de guerra que os homens.

doenças venéreas aos soldados. A mais amplamente divulgada, e que trazia consenso entre as forças republicanas, era a ideia de que a natureza biológica da mulher a destinava para o lar, e não para o *front*. A imprensa comunista argumentava que as mulheres foram úteis no início da guerra, e que agora os homens deveriam retomar seu devido lugar. Igualmente a afirmação de que elas eram prostitutas e enfraqueciam as forças republicanas pelas doenças que supostamente transmitiam também foi utilizada para que essas mulheres não tivessem outra escolha, a não ser abandonar seus postos¹³.

Lisa Lines (2012, p. 106) afirma que as atitudes negativas em relação às mulheres em combate no fim de 1936 não ocorreram isoladamente, mas nasceram no contexto de um declínio geral de ideias progressistas, ou seja, em um verdadeiro fracasso da revolução social.

Apesar dos feitos e do protagonismo das mulheres na resistência antifascista, não lhes foi reservado um lugar na história. Elas foram negligenciadas, silenciadas e ignoradas, e certamente as relações tradicionais de gênero contribuíram para este esquecimento.

De acordo com Lines (2012, p. 3), um dos motivos para o esquecimento das milicianas na história é o fato de que os vencedores é quem escrevem a história, e certamente os nacionalistas e os setores conservadores não apoiavam a luta para a libertação das mulheres. Ao contrário, após a vitória do General Franco, milhares de mulheres foram executadas e estima-se que 30.000 presas. Estas eram particularmente humilhadas, raspavam-lhes a cabeça e eram constantemente vítimas de estupro pelos fascistas como punição por seu comportamento. De fato, a tentativa de apagá-las da história deve-se ao fato de que tais mulheres “desafiaram entrar em uma suposta arena masculina na linha de frente da guerra”. Sofreram mais porque ousaram lutar. Os vencedores escreveram a história suprimindo e censurando a coragem dessas mulheres.

É preciso, portanto, que seja devolvido a essas mulheres seu devido lugar na história e que sejam lembradas pelo que foram: verdadeiras guerreiras que, por

¹³Lines (2012, p. 135) afirma que algumas mulheres, apesar da ordem de retirada (que, aliás, não se sabe de quem veio tal ordem), resistiram e não aceitaram voltar ao seu “espaço natural”, o lar. Permaneceram lutando.

convicções próprias, pegaram em armas e lutaram ao lado dos homens, no contínuo desafio de simplesmente serem mulheres.

Após o avanço significativo inicial das milicianas, que “experimentaram direitos estendidos e novas formas de liberdade, mas não foram totalmente libertas” (ibid, p. 174), com a derrota da Frente Ampla os direitos adquiridos por elas foram perdidos. Era esperado que após a guerra as mulheres retornassem ao seu lugar “natural”¹⁴, o espaço privado, e os homens, ao público. As bravas guerreiras sobreviventes viram seu sonho de igualdade minguar à frente de seus olhos. Esperamos que a história lhes dê seu devido destaque, ainda que tardiamente.

Mulheres nas Guerras Mundiais

O século XX protagonizou duas grandes guerras que envolveram todo o mundo. Elas romperam com paradigmas anteriores, e a mobilização da população civil foi um diferencial em relação a outras guerras. Além disso, a participação feminina seria um fator que auxiliaria na luta por direitos igualitários entre homens e mulheres, pois ficou comprovado que elas teriam a capacidade de assumir tanto o trabalho em fábricas ou em qualquer outro lugar, quanto no *front* de guerra.

Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve uma tímida presença das mulheres nos campos de batalha, sejam como enfermeiras ou atiradoras de obuses. Além dos campos de batalha, a presença feminina também estava presente de forma maciça na força de trabalho para suprir as urgentes necessidades econômicas, uma vez que os homens estavam no *front*. No entanto, uma vez findada a guerra, como afirma Quétel:

os homens, uma vez mais, deixavam claro que não tinham necessidade das mulheres. Isso se tornava um tanto mais fácil porquanto negavam ou, no melhor dos casos, ignoravam sua existência, no sentido de sua identidade e de sua individualidade de mulher (2009, p. 12).

14 Isso não ocorreu somente na Espanha, mas era comum em países que estavam em guerra.

Assim, as mulheres que atuaram na guerra ou trabalharam fora de casa tiveram que retornar para os seus lares, considerado seu “espaço natural”. Já não eram vistas como necessárias.

Para Hobsbawm, a Segunda Guerra Mundial envolveu praticamente todos os Estados independentes do mundo, em um verdadeiro fenômeno global: “quase todo o globo foi beligerante ou ocupado, ou as duas coisas juntas” (2003, p. 31). Por tamanha mobilização, era de se esperar que as mulheres também se envolvessem direta ou indiretamente no conflito, mas ainda assim a história não lhes deu sua devida atenção.

Segundo Quérel, as mulheres são “as eternas esquecidas da história das guerras. (...) as mulheres vêem sua história dissolvida na história dos homens.” Se na Primeira Guerra elas haviam surgido “timidamente”, na Segunda Guerra Mundial estavam em toda parte:

Vítimas no caminho do êxodo e sob as bombas, pacientes das filas, inventivas e industriosas nas privações da vida cotidiana, trabalhadoras nas fábricas e nos campos durante a ausência dos homens. Em todos os países, estiveram também uniformizadas: auxiliares na retaguarda, mas também na linha de frente (2009. p. 5).

Na Segunda Guerra Mundial, mais uma vez o homem iria para o *front* de batalha, deixando as mulheres, agora mais fortes para atuarem no espaço público, em diversas funções. Porém, essa atuação não era isenta da ideologia que cada país beligerante tinha dela – cada Estado definia o perfil que deveria ser desempenhado pelas mulheres enquanto seus maridos não retornassem da guerra.

Para a Alemanha nazista, a mulher ideal era a que seguia os “3K”: Küche, Kinder, Kirche (cozinha, filhos, Igreja). Nada deveria atrapalhar esse ideal, e inclusive havia proibição do acesso das mulheres a muitas profissões, consideradas inapropriadas. Também havia a construção de uma imagem da mulher alemã sadia e fértil, de quadril largo e de cabelos trançados em forma de coroa na cabeça (ibid, p. 13). No entanto, em 1943 há o decreto de mobilização total de mulheres alemãs de 17 a 45 anos de idade. Agora, o objetivo da mulher não era os “3K”, mas a luta pelo Reich.

Na Itália fascista, a mulher-mãe é o ideal da mulher, assim como pregava a Igreja Católica. Na França ocupada, a maternidade deve ser almejada acima de tudo. Havia até mesmo uma recompensa dependendo do número de filhos que uma mulher tivesse.

Na Grã-Bretanha, Canadá e nos Estados Unidos as mulheres não foram excluídas dos esforços de guerra. No primeiro caso, percebemos que a Grã-Bretanha é considerada pioneira, com inovações ainda na Primeira Guerra Mundial, conforme aponta Quétel:

Em 1914, é criado o *Women's emergency corps* (WEC), dentro do qual e longe dos combates as voluntárias realizam, a título civil, tarefas de cozinheiras de cantinas, motoristas, auxiliares em ambulâncias e enfermeiras. Em 1918, para compensar as pesadas perdas da guerra, o *Women's Auxiliary Army Corps* (WAAC) e *Women of the Royal Navy* (WRN) são criados, e contam com 105 mil mulheres no final da guerra (2009, p. 138).

No Canadá, foram criados durante a Segunda Guerra Mundial o *Canadian Women's Auxiliary Air Force* (CWAAF) e o *Women's Royal Canadian Naval Service* (WRCN). As canadenses foram as que mais protestaram contra a determinação de “retornarem ao lar” após o término da guerra.

Nos Estados Unidos, a incorporação da mulher não foi facilmente aceita. Após Pearl Harbor¹⁵, Edith Rogers, que havia servido na Cruz Vermelha na Primeira Guerra Mundial, apresenta um projeto de criação de um corpo militar feminino. No entanto, a ideia não foi bem recebida. Somente após uma longa pesquisa a respeito de mulheres na Grã-Bretanha e no Canadá foi instituído o *Women's Auxiliary Army Corps* (WAAC), em maio de 1942. Embora este corpo fosse ligado ao exército, possuía um estatuto civil “com um comando separado e uma formação em escolas de enquadramento exclusivamente feminino” (Quétel, 2009, p. 143). Em julho de 1943, o general George Marshall faz adotar uma lei que transforma o WAAC num corpo militar: o *Women's Army Corps* (WAC).

No campo civil, era necessário se preocupar com a produção do país, inclusive a bélica, na fabricação de aviões e demais construções navais. As

15 O ataque dos japoneses a Pearl Harbor, base norte-americana no Havaí, foi o estopim para a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Ocorreu no dia 07 de dezembro de 1941.

mulheres não foram excluídas desta mobilização, e a propaganda tornou-se o maior aliado do Estado norte-americano para a adesão de mulheres na força de trabalho.

Um dos cartazes mais célebres da época foi de uma jovem mulher usando um turbante vermelho e macacão azul, mostrando seus braços musculosos com a inscrição *We can do it* (Nós podemos fazê-lo). Era um chamado para as mulheres, apelando para sua capacidade física e também psicológica, como se pode interpretar pela expressão da mulher em questão.

Em maio de 1943 o ilustrador Norman Rockwell faz a capa do *Saturday Evening Post*, estampando o que se tornaria o “símbolo da mulher americana no esforço de guerra” (ibid, p. 87). Era Rosie, a rebitadora (Rosie, the Riveter). De macacão azul, óculos na cabeça e semblante altivo, Rosie parece dizer às mulheres que elas tinham força suficiente para realizar tarefas até então inimagináveis para elas. A força que ela demonstra ter não é somente física, mas é um chamado para a libertação da mulher, para a conquista do espaço público.



Figura 3 - "We can do it!" Howard Miller, 1943.

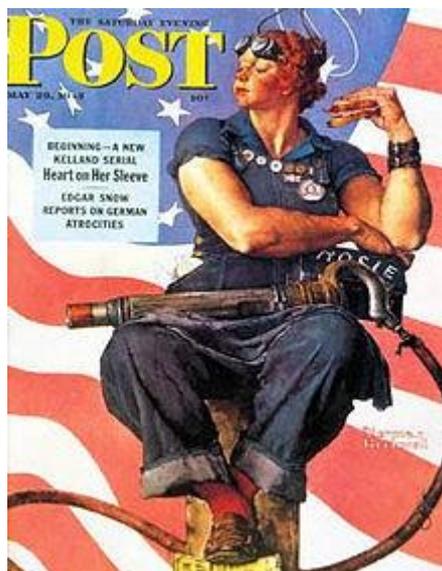


Figura 4 - “Rosie, a rebitadora”. Normal Rockwell, 1943

Retornando às mulheres que lutaram na Segunda Guerra Mundial, temos o corpo auxiliar finlandês que se tornou célebre em toda a Europa, as Lotta:

Comandadas por Fanny Lukonnen, as Lottas, todas voluntárias, cumprem com perfeita eficácia todas as funções não combatentes do exército, eximindo assim os soldados finlandeses de todas as tarefas da retaguarda: serviços de saúde, administração, intendência, condução de veículos, transmissões, vigilância aérea (Quétel, 2009, p. 150).

Igualmente guerreiras eram as combatentes soviéticas. Sua mobilização foi maciça, tanto no esforço de guerra quanto no combate. Ao contrário dos outros países beligerantes da Segunda Guerra, o *front* não era proibido às mulheres soviéticas. Elas ocuparam praticamente todos os postos de combate dos homens.

Com o fim da Segunda Guerra, novamente o desafio se repete para as mulheres, que haviam conquistado seu espaço tanto no mundo do trabalho como assumindo a posição de chefes de família. Os homens retornam com seu poder de fato (retirando inclusive as mulheres de seus empregos) e a seu poder simbólico, ao “seu devido lugar” – chefe de família, provedor financeiro de autoridade incontestável. Os argumentos clássicos mais uma vez ressurgem, aqueles que afirmam que o melhor papel a ser desempenhado pela mulher era o de mãe e esposa, e seu lugar “natural” era o lar.

E como ficaram as mulheres neste processo? Mesmo com os argumentos da imprensa e de seus maridos, algo havia mudado, pois havia esperança para a libertação da mulher. Para Quétel:

Nada de mudança social imediata, mas um lento processo de mudança que foi instigado com a guerra e não vai mais se deter. Os milhões de americanas que chegaram logo depois da guerra a seu *home, sweet home* levaram um pouco da Rosie em seu coração (2009, p. 222).

De fato, as mulheres retornaram ao lar¹⁶, mas a semente já havia sido lançada, pois as filhas dessas mulheres da década de 1950 colheriam os frutos e inaugurariam um novo capítulo na luta pela igualdade da mulher, na década de 1970 (ibid, p. 222).

Quanto às mulheres que lutaram ou atuaram de forma direta na guerra, estas foram em sua maioria esquecidas. Retornam à vida civil sem que seu valor fosse devidamente reconhecido, talvez pela insistência em se afirmar que o terreno da guerra não pertence à mulher, pois ela seria pacífica por natureza. Ora, a história tem nos provado que as mulheres foram e vão para a guerra de forma voluntária, e não se contentam com papéis auxiliares, mas querem (e devem) possuir o protagonismo de combate, simplesmente porque mostraram que são capazes.

Considerações finais

Entendemos, a partir dos exemplos ora apresentados, que as relações de gênero são representações do social, que são permeadas por uma rede de significados que acabam por legitimar certos grupos e subjugar outros. Os conflitos entre representações são conflitos de poder, e são tão importantes quanto os conflitos políticos e econômicos, conforme nos aponta Chartier (1990). Para o historiador,

16 Há exceções, e os Estados Unidos são um exemplo. Nem todas as mulheres retornaram ao lar, pois já tinham emprego antes do início da Guerra.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalização de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam [...] as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) (Ibid, p. 17).

Utilizar como ferramenta de análise o conceito de representação atrelado ao de gênero é olhar a realidade enquanto um campo de concorrências e conflitos, fazendo com que papéis outrora considerados naturais sejam rediscutidos e repensados. Pelos exemplos aqui selecionados neste trabalho percebemos como o silêncio historiográfico das mulheres guerreiras representa um campo de poder em disputa, que ainda atrela o modelo masculino ao heroico. No entanto, as mulheres guerreiras existiram e ainda existem, apesar da pretensão ao silenciá-las.

Referências bibliográficas

CAIRE, Raymond. **A mulher militar, das origens aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

CARREIRAS, Helena. **Mulheres nas Forças Armadas portuguesas**. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

LINES, Lisa. **Milicianas: Women in combat in the Spanish Civil War**. United Kingdom, Lexington Books, 2012.

QUÉTEL, Claude. **As Mulheres na Guerra (1939-1945)**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. 2 volumes.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução de Christine Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1995.

SUANO, Marlene. **Uma guerra entre irmãos**. In: Coleção História Viva Deuses da mitologia, volume 5, São Paulo: Duetto Editorial, 2008.